

Direito

A concessão de tutelas provisórias em face da Fazenda Pública no Brasil: Análise jurimétrica a partir do Processo Constitucional

Melissa Tassara Rodrigues de Carvalho e Silva - 8º período de Direito, bolsista do PIBIC/CNPq.

Fernanda Gomes e Souza Borges - Orientadora, DIR, UFLA. - Orientador(a)

Resumo

O instituto das tutelas provisórias é uma ferramenta do Direito Processual Civil brasileiro de grande importância para os cidadãos. Diversas normatizações o regem e, dentre elas, a norma que veda a possibilidade de concessão das tutelas provisórias em face da Fazenda Pública. Desse modo, a pesquisa faz uma análise da efetivação do processo constitucional no Brasil a partir das decisões jurisprudenciais envolvendo a concessão, ou não, de tutelas provisórias em face da Fazenda Pública no Brasil, por meio da aplicação da jurimetria. Trata-se de um estudo, simultaneamente, quantitativo e qualitativo, de modo que foram observados o conteúdo e a fundamentação de todas as decisões a fim de, qualitativamente, compreender as razões pelas quais os tribunais decidem e, paralelamente, realizar uma análise quantitativa das decisões que concedem ou não a tutela provisória. A utilização da jurimetria na pesquisa se deu por meio de uma estatística inferencial, a fim de compreender numericamente os padrões decisórios. Nessa conjuntura, os resultados indicam forte discrepância em tais padrões em relação ao indicado pelo aparato legal vigente, ao passo que, em falta de mudança, o processo constitucional tenha sua efetivação continuamente obstada. Ademais, foi também discutida a legitimidade do presente instituto de proteção à Fazenda Pública, a vedação legal à concessão de tutelas provisórias, e se esse está de acordo com os princípios constitucionais que norteiam o Processo Constitucional.

Palavras-Chave: Jurimetria, Jurisprudência, Processo civil.

Instituição de Fomento: CNPq

Link do pitch: <https://youtu.be/9gwpu4teerM>